



ACÓRDÃO Nº863/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11471/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Marco Antônio Ricci Correa Júnior (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3991/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr.Marco Antônio Ricci Correa Júnior**, ex-Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do inciso II, do artigo 1º, e alínea “b”, inciso III, do artigo 22, da Lei estadual nº 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Marco Antônio Ricci Correa Júnior**, ex-Presidente e Ordenador de Despesa, exercício de 2015, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no valor de R\$ 8.768,25, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, face as irregularidades com grave infração à norma legal (impropriedade nºs 2.a, 2.a.1 a 2.a.4, 2.b a 2.b.4, 4 e 5 referentes aos processos licitatórios do Relatório Conclusivo nº 013/2018 da DICA/AM); Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



ACÓRDÃO Nº863/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que envie os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

10.4. Determinar

10.4.1. À atual Administração, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, "b" e "c", da Lei estadual n.º 2.423/96, que:

10.4.1.1. Obedeça aos ditames da Lei federal nº 4320/64, quanto aos arts. 94 a 97, referente ao controle patrimonial.

10.4.1.2. Observe estritamente as formalizações dos Processos licitatórios, na modalidade Pregão Eletrônico, sendo elaborado o Termo de Referência conforme determina o art. 9º, I, §2º do Decreto federal nº 5.450/2005 c/c o art. 8º, II e art. 21, II, do Decreto nº 3.555/2000, sob pena de reincidência, sofrendo os sanções imposta pela lei em vigor.

10.4.1.3. Tome as providências no sentido de cumprir a Lei de Acesso à Informação, de forma a demonstrar e esclarecer a sociedade pública, via internet, cumprindo o que determina o art. 8º, §1º, §2º e §3º e seus incisos, da Lei nº 12.527/11.

10.4.1.4. Tome providencias no sentido de regularizar a situação do Setor apropriado para realizar atendimento médico hospitalar, em tratamento e atendimento no Centro de Medula Óssea, como também, local apropriado para uso exclusivo do Almoxarifado.

10.4.1.5. Não atrase o envio das informações ao sistema E-Contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

10.4.1.6. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº863/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do
Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral